POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ENSINO DE COMPUTAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO NA COORDENAÇÃO DE ÁREA DO PIBID

Pauleany Simões de Moraes

Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Rio Grande do Norte – IFRN/Brasil
pauleany.morais@ifrn.edu.br

A formação de professores vem sendo ao longo dos anos pauta de intensas discussões e debates em ambientes acadêmicos e na realidade cotidiana das instituições educacionais. Nos anos 2000, instituiu-se o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) pela Portaria n. 72, de 9 de abril de 2010, que fornece bolsas a estudantes das licenciaturas no sentido de oportunizar a estes a vivência da docência. Analisar-se-á uma concepção de formação inicial de professores e expor a realidade específica da Licenciatura em Informática no Campus Natal – Zona Norte em ações do PIBID no contexto da escola pública. Mostra-se a relevância do programa para a formação inicial dos licenciandos na constituição dos saberes docentes necessários à atuação profissional e contribuições significativas a realidade escolar com mudanças desde sua estrutura física, bem como inclusão de atividades didático-pedagógicas.

Nos anos de 1990, a discussão sobre a formação de professores situava-se na problemática dos docentes que já lecionavam nas escolas públicas de todo o Brasil, mas que não possuíam nível superior. Freitas (2002) analisa que o art. 87, § 4º da LDB nº 9.394/96 prescreve a exigência de todos os professores devem possuir nível superior ou formados por treinamento em serviço. Nos anos 2000, diante desse novo quadro de necessidades voltadas à formação inicial de professores da Educação Básica, são definidas novas diretrizes estratégicas condutoras da política de formação. Foi promulgado o Parecer CNE/CP 009/2001. Nos debates sobre a formação de professores, tem-se constituída uma base nacional com diretrizes que deram origem à Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, por meio do Decreto n. 6755, de 29 de janeiro de 2009, que orienta a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na promoção de programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

No tocante à busca desses objetivos, entre outras medidas, surgiu o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – que é “uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica” (BRASIL, 2010) –, instituído pela Portaria n. 72, de

9 de abril de 2010. A finalidade do programa é fomentar a iniciação à docência de discentes da licenciatura plena das instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e comunitárias sem fins lucrativos, no intuito de estimular a formação dos educadores, valorizar o magistério e colaborar para a elevação da qualidade da educação básica. No ano de 2013, o Programa foi vinculado à LDB 9394/96, em que as ações vinculam o Ensino Superior à Educação Básica, de acordo com a portaria nº 096, de 18 de julho de 2013, anexo I, art. 2º assegura os objetivos do programa (BRASIL, 2013).

Como referencial teórico na compreensão desse estudo, elenca-se uma revisão de literatura sobre formação docente que contribuía a uma prática de ensino qualificada (RAMALHO, NUÑEZ, GAUTHIER, 2003; IMBERNÓN, 2006; TARDIF, 2012; PIMENTA; GHENDIN, 2002). Além disso, relatos de experiências vivenciadas como Coordenadora de Área do PIBID na Licenciatura em informática. Essas experiências permitem reflexões sobre a prática docente no Ensino de Computação.

A Formação Profissional Docente representa um processo em que o sujeito constrói um conhecimento pedagógico especializado vivenciado no espaço das instituições formadoras ou mesmo orientado por estas. Os estudos que investigam sobre a formação profissional mostram que o exercício profissional na realidade social deve considerar a relevância do processo ação-reflexão--ação (RAMALHO, NUÑEZ, GAUTHIER, 2003). A formação centrada na escola é mais que uma simples mudança de lugar da formação (TARDIF, 2012). A escola, sendo considerada como lugar de formação, permite vivenciar as contradições da própria atuação profissional, bem como compreender a importância da fundamentação teórico-prática da docência.

Inicialmente, o PIBID instalado na Licenciatura em Informática foi viabilizado com a sistematização de reuniões entre bolsista, supervisores e coordenadores de área. Essas reuniões tiveram como objetivo acompanhar ações de iniciação da prática docente em suas diversas dimensões. Havia 30 bolsistas vinculados ao Programa divididos entre as três escolas públicas estaduais próximas a instituição.

Nas reuniões observou-se a necessidade de realizar projetos específicos no campo de Introdução à Informática. A problemática da ausência do profissional específico da área de Informática nas escolas públicas ainda compromete as ações mais efetivas nas escolas para acompanhar estas que visem contribuir para inclusão a tecnologia na formação dos estudantes ou mesmo dos professores. No contexto da escola, aperfeiçoou-se as ações no campo do estudo do pensamento computacional de acordo com os estudos de Wing (2006), na tentativa de construir outros espaços para vivência da Informática. Vivencia-se nas escolas formações no campo da iniciação a programação (utilização do Scratch), desenvolvendo ações referentes a computação desplugada com atividades de raciocínio lógico, bem como de robótica e jogos educacionais.

A partir das ações concretizadas nas escolas, observa-se que as instituições já possuem uma valorização dos laboratórios de Informática com cursos de formação para comunidade interna e externa. Nesse caso, a inserção dos PIBID tem mudado a realidade das escolas ao mobilizar atividades que

valorizem a utilização do espaço do laboratório pouco utilizado anteriormente. O planejamento das ações junto a escola permitiu a vivência cada vez mais intensa de intervenção com práticas educacionais mais contextualizadas. Defende-se um movimento articulado de formação inicial dos bolsistas que possam mobilizar os saberes experiências, disciplinares, curriculares e profissionais no transcurso das atividades que foram mobilizadas nas ações planejadas.

Uma meta que finalmente foi alcançada pelo nosso grupo foi a disseminação do pensamento computacional. Ademais, almejou-se contribuir com o processo de ensino-aprendizagem do Curso de Licenciatura em Informática do IFRN / Natal – Zona Norte no sentido de favorecer o processo de formação docente, de conscientização política de professores e de alunos cidadãos. Espera-se que em âmbito da esfera estadual sejam oferecidas melhores condições para atuação dos alunos nas escolas inseridas no Projeto, pois vivencia-se intensas dificuldades no que concerne à sistematização dos cursos na área de informática com quantidade restrita de computadores. Nesse caso, precisa-se de um intercâmbio de informações entre os articuladores do PIBID na CAPES e as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, pois a atuação dos alunos encontram-se comprometida devido as dificuldades existentes na manutenção dos computadores, internet de qualidade, bem como inserção de softwares utilizados socialmente ou mesmo que auxilia a iniciação a programação.

Referências

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Decreto Presidencial n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 17 mai. 2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Portaria n. 72, de 9 de abril de 2010**. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Portaria Nº 096, de 18 de Julho de 2013**. Disponível em:
http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf. Acesso em: 17 mai. 2014.

FREITAS, H. C. L. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papirus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 2. ed. São Paulo: Cortês, 2006.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

RAMALHO, Betania Leite; NUÑEZ, Isauro Beltrán; GAUTHIER, Clermont. **Formar o professor profissionalizar o ensino**. Perspectivas e desafios. Porto Alegre: Sulina 2003.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WING, J. M. **Computational Thinking**. Communications of the ACM. March, Vol. 49, No. 13, 2006.